EDUCAÇÃO E RELACÕES ETNICO RACIAIS

EDUCATION AND ETHNIC-RACIAL RELATIONS

KEITE JACQUELINE DA COSTA VALE AMARAL
Graduação em Pedagogia; Professora na Rede Pública de SP.

RESUMO

A cultura brasileira é marcada por uma profunda influência africana, que se manifesta em diversas áreas como a música, a dança, a culinária, a religião, a linguagem e os costumes populares. Essa contribuição, resultado do processo histórico da diáspora africana, é essencial para a identidade nacional e para a compreensão da diversidade cultural do Brasil. No entanto, essa valorização ainda enfrenta resistência no ambiente escolar, onde práticas discriminatórias, currículos eurocêntricos e a ausência de representatividade negra comprometem a efetivação de uma educação antirracista. O reconhecimento da herança africana vai além da comemoração do Dia da Consciência Negra; trata-se de um compromisso ético e pedagógico com a construção de uma escola plural, inclusiva e democrática. A implementação da Lei 10.639/03 representa um avanço, mas ainda é necessário que professores estejam preparados para enfrentar o racismo estrutural por meio de práticas educativas que valorizem a história e a cultura afro-brasileira. Este trabalho busca analisar como a valorização da cultura africana pode contribuir para o enfrentamento à discriminação racial no ambiente escolar, promovendo o respeito, a equidade e a formação de cidadãos conscientes e críticos.

Palavras-chave: Cultura africana; Discriminação racial; Educação antirracista.

ABSTRACT

Brazilian culture is marked by a profound African influence, which manifests itself in various areas such as music, dance, cuisine, religion, language, and popular customs. This contribution, the result of the historical process of the African diaspora, is essential to national identity and to understanding Brazil's cultural diversity. However, this appreciation still faces resistance in the school environment, where discriminatory practices, Eurocentric curricula, and the absence of black representation compromise the implementation of anti-racist education. The recognition of African heritage goes beyond the celebration of Black Awareness Day; it is an ethical and pedagogical commitment to building a pluralistic, inclusive, and democratic school. The implementation of Law 10.639/03 represents progress, but teachers still need to be prepared to confront structural racism through educational practices that value Afro-Brazilian history and culture. This work seeks to analyze how the appreciation of African culture can contribute to combating racial discrimination in the school environment, promoting respect, equity, and the formation of conscious and critical citizens.

Keywords: African culture; Racial discrimination; Anti-racist education.

INTRODUÇÃO

A realidade populacional e cultural brasileira foi por muito tempo negligenciado pelas matrizes curriculares adotadas em nossas escolas. Não temos como objetivo esgotar os inúmeros acontecimentos que ocorreram durante estes períodos que culminaram na formação de uma nação com enormes diferenças sociais, especialmente com relação aos negros e mulatos do nosso país. No entanto, tentaremos destacar os acontecimentos, ao nosso olhar, que mais se despontaram para o estabelecimento e manutenção da desigualdade social existente entre negros e brancos em nossa nação.

A pesquisa bibliográfica foi realizada através de estudos em diversos materiais desde livros e sites na internet e outros, contemplando o assunto em estudo sobre os Contos Africanos. Compreendendo a importância da pesquisa bibliográfica, ela abrange o estudo das contribuições científicas existentes sobre o tema em estudo por meio das referências teóricas publicadas e a pesquisa documental analisa os instrumentos normativos, como leis.

Mais de dez anos se passaram da entrada em vigor da Lei n° 10.639, e o quadro ainda continua o mesmo de quando a lei foi promulgada. A maioria dos municípios ainda não incluíram em seu currículo escolar os assuntos que tratam das culturas afro-brasileiras e indígenas, em cumprimento da lei em vigor.

Outra coisa que chama atenção, é que muitos professores, no exercício da profissão, continuam sem formação específica, adequada, pertinente ao que exige a lei. Por isso, faz-se necessária a formação e a difusão de conhecimentos sobre o tema, tanto para professores quanto para gestores.

O tempo decorrido entre a promulgação da Lei n° 10.639 até hoje, supõe-se que seja mais que o suficiente para que as escolas atendam as exigências legais referentes aos conteúdos curriculares, neles incluindo as histórias da África e da presença do negro no Brasil, permitindo, com isso, a educação e as relações étnico-raciais em sala de aula. Os educadores, já com sua formação específica, poderão contribuir sobremaneira para a construção de uma sociedade melhor e mais igualitária, trilhando caminhos para a superação dos desafios rumo a uma escola mais acolhedora e mais diversa.

Para que a questão de tempo fique bem definida em relação ao ensino de conteúdos étnico/raciais nas escolas públicas, é necessário fazer um recuo no tempo, indo até os anos 1950, 1960, quando das reivindicações para incluir os citados conteúdos nos currículos escolares, solicitações essas feitas ao governo federal, que não disse sim, mas nada fez para, pelo menos, demonstrar boa-vontade.

O CAMINHO DA TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE TENDO A EDUCAÇÃO COMO AGENTE TRANSFORMADOR E A CULTURA DE CADA GRUPO

Quase todo, em algum momento, já ouviu a frase “a África é o berço da humanidade”. Não por acaso, essa frase está ligada aos primeiros registros arqueológicos encontrados no continente africano, consta não só a presença de humanos, mas, também, de grupos humanos vivendo em companhias uns dos outros, visando sobreviver e criando meios para isso. Os pesquisadores têm mostrado que o continente africano teria sido o palco das primeiras etapas da evolução humana.

Os primeiros hominídeos, os antepassados dos humanos, deixaram vestígios no Chade, datados de 7 milhões de anos, que foram encontrados em 2002. Importantes exemplares do Homo habillis, humano que produzia ferramentas e tinha raciocínio complexo, que viveram entre 2 e 2,5 milhões de anos atrás, também foram encontrados, entre outros lugares do continente, no desfiladeiro de Olduvai, na Tanzânia, cenário arqueológico importante para o conhecimento das origens da humanidade.

Resta saber como os primeiros humanos se espalharam pelo mundo, e se saíram da África como Homo herectus ou Homo sapiens. O que se pode afirmar é que, na África, encontram-se vestígios dos mais antigos antepassados dos humanos. As pistas achadas em território africano, de diferentes tipos dos primeiros humanos, foram fundamentais para compor a história sobre a vida dos homens e das mulheres que iniciaram a humanidade.

Duas consequências muito importantes advêm dessa história: a primeira é que os estudos realizados em campos africanos permitiram um maior conhecimento do processo da evolução humana. A segunda é de que os estudos da história africana sobre tempos tão remotos contribuíram para rever o conceito de pré-história.

O início dos tempos históricos foi marcado a partir do surgimento da escrita, que funcionava como linha divisória, deixando fora da história os povos que não criaram formas de escrita. Também,

aqueles que, apesar de viverem em épocas com a escrita já difundidas, porque não faziam uso dela como meio de registro e comunicação ficavam marcados para sempre como “gente fora da história”.

A arte rupestre é outra fonte para o estudo das antigas formas de vida, de sonhos, de religiosidades e simbologias dos primeiros grupos humanos. Em diferentes regiões da África, em paredes de pedra, são encontrados registros de cenas do cotidiano, de desejos e sonhos, transformando as pinturas rupestres em documentos valiosos, se encontra registradas as formas de representação e as características de homens e mulheres há milhares de anos. A história da África mostra aspectos da história do mundo em seus períodos mais remotos trazendo à luz da compreensão o início da vida humana em sociedade.

Muda o conceito de pré-história ao repensar e entender povos e grupos contemporâneos que não dominam a escrita, mas que mesmo assim registram a sua história. Esses povos, que viviam em sociedades africanas organizadas, registraram sua história, usos e costumes por meio das suas tradições orais, mantendo viva, de geração em geração, a história dos seus antepassados, não permitindo que o tempo apagasse a memória dos seus antepassados e as suas. Os historiadores se viram forçados a aprender e interpretar esse tipo de fonte e criar meios capazes de extrair dela as informações e validá-las como registro.

Todo o trabalho e o método de aprendizagem sobre as fontes orais foram compensados com os desdobramentos históricos de muitas sociedades, aquelas que utilizavam à escrita, mas que registraram oralmente os aspectos fundamentais da sua história.

Todo o trabalho para encontrar fontes de informações sobre a história africana acabou transformado em desafios para entender a história de vários grupos humanos, e fez a historiografia reconhece-los como autores de registros históricos.

Os grupos de analfabetos ou semianalfabetos, indígenas e nômades, que viviam em países do mundo desenvolvido no Ocidente, excluídos do registro escrito, graças ao trabalho com as fontes orais, recuperaram seu lugar na história das academias e das instituições científicas.

Os relatos coletados da tradição oral não foram exclusividades de historiadores africanos ou africanistas. No final do século XIX e princípios do século XX, alguns letrados no período colonial fizeram esse trabalho juntamente com estudiosos africanos formados em escolas coloniais. Faltava compreender melhor e dar legitimidade a essas fontes.

A metodologia para esse suporte que faltava, surgiu na década de 1960, baseada em um trabalho pioneiro de estudioso belga, chamado Jan Vansina. Ele indicou a possibilidade de controle e crítica necessários para uso científico das tradições orais. Seminários acadêmicos realizados na África – em Dacar, Senegal – em 1961, e em Dar es Salaam (Tanzânia), em 1965, apresentaram contribuições de outros estudiosos e enalteceram o papel insubstituível das tradições orais.

Historiador e escritor nascido no Mali (África Ocidental) e um dos grandes nomes nos estudos das tradições orais no continente, Amadou Hampate-Bâ disse: ”A palavra é a memória viva da África”. É o que se percebe nesse trecho de um artigo seu considerado um texto clássico sobre o tema: Para alguns pesquisadores, o problema se resume em saber se a transmissão oral, ao passo que o testemunho de

acontecimentos passados, merece a mesma confiança concedida à transmissão escrita. A meu ver, esta colocação é errônea. Em última análise, o testemunho, escrito ou oral, é sempre um testemunho humano, e seu grau de confiabilidade é o mesmo do homem.

A cultura brasileira é fruto de um intenso processo de miscigenação entre povos indígenas, europeus e africanos, sendo esta última uma das influências mais marcantes e expressivas. A presença africana no Brasil, resultante do trágico processo de escravização de milhões de homens e mulheres, deixou legados profundos em diversas dimensões da sociedade, que vão desde a religiosidade até os modos de viver, falar, vestir, cozinhar e celebrar. A riqueza cultural trazida pelos povos africanos não apenas resiste ao tempo como também molda a identidade nacional brasileira. No entanto, apesar dessa contribuição inegável, a cultura afro-brasileira historicamente foi marginalizada, invisibilizada e estigmatizada, especialmente nos ambientes escolares, que por muitos anos reproduziram currículos eurocentrados e práticas pedagógicas excludentes.

A escola, enquanto espaço formador de subjetividades e valores sociais, desempenha um papel fundamental na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Quando o ambiente escolar ignora ou minimiza a importância da cultura africana, contribui para a manutenção de estereótipos e da discriminação racial. Por isso, é urgente repensar o currículo, as práticas pedagógicas e as atitudes dentro da escola para que esta se torne um espaço de valorização da diversidade, de reconhecimento da contribuição dos povos africanos e de enfrentamento ao racismo. O reconhecimento e a valorização da herança africana são elementos essenciais para o fortalecimento da autoestima dos estudantes negros e para a promoção de uma educação mais plural, democrática e inclusiva.

Ao incorporar de forma efetiva os conteúdos referentes à história e cultura africana e afro-brasileira no currículo escolar, conforme determina a Lei nº 10.639/2003, a escola cumpre seu papel social e educativo de combater o racismo estrutural e promover o respeito às diferenças. Isso implica não apenas em adicionar conteúdos pontuais, mas em transversalizar a temática em todas as áreas do conhecimento, rompendo com visões eurocêntricas que historicamente invisibilizaram as contribuições dos povos africanos para a formação do Brasil.

É necessário que os educadores estejam sensibilizados e preparados para abordar essas questões de forma crítica, respeitosa e fundamentada. Isso exige formação continuada, acesso a materiais didáticos diversos e a revisão dos próprios preconceitos que podem estar internalizados. O professor é peça-chave nesse processo, pois é por meio de sua mediação que os estudantes podem desconstruir estigmas e desenvolver uma visão mais justa e verdadeira da história brasileira.

A presença de referências positivas da cultura africana e afro-brasileira na literatura, nas artes, na música, nas ciências e nos esportes contribui para que os alunos reconheçam a diversidade como riqueza e entendam que a identidade nacional é composta por múltiplas influências. Além disso, o reconhecimento dessas referências dentro da sala de aula ajuda a romper com a marginalização de saberes não-hegemônicos, promovendo o diálogo entre diferentes culturas e tradições.

A escola também deve se posicionar como um espaço de enfrentamento ao racismo em suas diversas formas — desde o preconceito velado até atos explícitos de discriminação. Isso significa adotar

uma postura ativa diante de situações de racismo entre os alunos, valorizando o acolhimento, o diálogo e a construção de estratégias pedagógicas que promovam o respeito às diferenças raciais e culturais. Projetos interdisciplinares, rodas de conversa, feiras culturais e estudos de caso são algumas das estratégias que podem contribuir para esse processo.

Outro aspecto essencial é garantir a representatividade no espaço escolar. Isso inclui a valorização da presença de professores e demais profissionais negros, a escolha de autores e personagens afrodescendentes nos materiais utilizados e a promoção de práticas pedagógicas que envolvam as famílias e as comunidades negras. A escola deve abrir espaço para que outras vozes sejam ouvidas, reconhecendo que a luta contra o racismo é coletiva e deve envolver todos os sujeitos que participam da vida escolar.

Portanto, construir uma educação antirracista não é tarefa simples nem imediata, mas sim um processo contínuo de transformação das práticas, das relações e das estruturas escolares. Requer compromisso ético, político e pedagógico por parte de toda a comunidade escolar. Só assim será possível formar indivíduos capazes de respeitar as diferenças, valorizar a diversidade e atuar na construção de uma sociedade verdadeiramente igualitária, justa e democrática.

Com a promulgação da Lei 10.639/03, tornou-se obrigatória a inclusão da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” no currículo escolar de todos os níveis de ensino. Esta lei representa um avanço significativo na luta pela igualdade racial e pelo direito à educação que respeite a diversidade. No entanto, sua efetivação ainda encontra muitos obstáculos, como a falta de formação dos professores, a escassez de materiais didáticos adequados e a resistência de parte da comunidade escolar. A implementação real da lei exige compromisso político, institucional e pedagógico, além de um esforço coletivo para desconstruir visões preconceituosas e reconstruir uma narrativa histórica mais justa e representativa.

Valorizar a cultura africana na escola vai muito além de promover atividades pontuais ou datas comemorativas. Trata-se de inserir de forma transversal, contínua e crítica os saberes, as histórias e as experiências dos povos africanos e afrodescendentes nas diferentes áreas do conhecimento. Significa resgatar a importância de pensadores, escritores, cientistas e artistas negros que foram invisibilizados pelos livros didáticos tradicionais. Implica também oferecer aos estudantes uma educação que contemple múltiplas perspectivas e que os ajude a compreender e combater as desigualdades raciais presentes na sociedade. O ambiente escolar deve ser um espaço de diálogo, escuta e reconhecimento das identidades étnico-raciais que compõem o país.

Além do aspecto curricular, é necessário promover uma cultura escolar que respeite e valorize a diversidade. Isso inclui combater o racismo estrutural, manifestado muitas vezes em falas, brincadeiras, atitudes e decisões aparentemente neutras, mas que reproduzem exclusões. O enfrentamento ao racismo no ambiente escolar passa também pela formação ética e cidadã dos estudantes, para que aprendam desde cedo a respeitar as diferenças e a combater qualquer forma de preconceito. Professores e gestores devem ser agentes ativos na promoção da equidade racial, atuando com firmeza diante de situações discriminatórias e promovendo ações afirmativas que ampliem o acesso, a permanência e o sucesso de estudantes negros.

A representatividade é outro elemento essencial nesse processo. Ver-se representado nos livros, nas aulas, nos murais da escola e nos conteúdos trabalhados é fundamental para que os estudantes negros se reconheçam como parte importante da sociedade. Isso fortalece sua identidade, sua autoestima e sua confiança para se expressar, participar e ocupar espaços de protagonismo. A ausência de referências positivas negras nos ambientes escolares reforça a ideia de inferioridade, enquanto sua presença contribui para o reconhecimento da diversidade como valor e não como problema. A valorização da cultura africana, portanto, contribui diretamente para a construção de um projeto pedagógico antirracista.

Para que isso aconteça de forma eficaz, é imprescindível investir na formação inicial e continuada dos professores. Muitos educadores, mesmo bem-intencionados, sentem-se despreparados para abordar questões étnico-raciais em sala de aula. A falta de conhecimento sobre a história da África, sobre as culturas africanas e sobre a realidade da população negra no Brasil contemporâneo compromete a qualidade da abordagem e pode gerar práticas pedagógicas equivocadas. Por isso, é necessário que os cursos de licenciatura incluam em seus currículos conteúdos que permitam aos futuros professores refletirem criticamente sobre o racismo, conhecer a produção intelectual negra e aprender estratégias pedagógicas que valorizem a diversidade.

O uso de materiais didáticos diversos e atualizados também é uma condição importante para o sucesso desse processo. Muitos livros e recursos ainda apresentam uma visão distorcida ou simplificada da história africana, muitas vezes limitando-se à escravidão e ignorando a riqueza das civilizações africanas, como o Egito, Mali, Gana e Songhai. Apresentar essas civilizações em sala de aula contribui para desconstruir a ideia de um continente homogêneo, pobre e atrasado, mostrando aos alunos que a África possui uma história rica, complexa e sofisticada. Essa abordagem amplia os horizontes culturais dos estudantes e contribui para o combate aos estigmas associados à negritude.

A escola também pode desenvolver projetos interdisciplinares que envolvam diferentes áreas do conhecimento e articulem saberes escolares e experiências culturais afro-brasileiras. Oficinas de percussão, capoeira, culinária, literatura negra, artes visuais, danças afro e visitas a espaços culturais são exemplos de práticas pedagógicas que podem enriquecer o currículo e tornar o aprendizado mais vivo e significativo. Tais ações devem ser pensadas de maneira crítica, evitando a folclorização ou a abordagem superficial, e valorizando a profundidade dos saberes e das práticas culturais afrodescendentes.

Além disso, a valorização da cultura africana na escola deve estar alinhada com os princípios dos direitos humanos, da justiça social e da educação emancipadora. A luta contra o racismo é parte da luta por uma sociedade mais igualitária e democrática, onde todas as vozes sejam ouvidas e respeitadas. Ao promover uma educação que reconhece a pluralidade cultural do Brasil e que combate as desigualdades históricas, a escola contribui para a construção de sujeitos críticos, conscientes e atuantes. A cultura africana, longe de ser um conteúdo periférico, é parte essencial da história do país e deve ocupar um lugar de destaque na formação dos estudantes.

Por fim, é importante reafirmar que o enfrentamento à discriminação racial no ambiente escolar é uma responsabilidade coletiva, que envolve não apenas professores, mas também gestores, famílias, alunos, comunidade e políticas públicas. A construção de uma escola antirracista exige compromisso, sensibilidade, escuta e ação concreta. O reconhecimento e a valorização da influência africana na cultura brasileira não são apenas um dever moral, mas uma condição para que se realize plenamente o direito à educação, com equidade e justiça para todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Parodiando o grande escritor norte-americano, Stephen King: “Preconceito e discriminação existem. Eles estão dentro da sociedade. Na maioria das vezes eles vencem”.

Estes dizeres sintetizam bem o que ocorre em todas as camadas da sociedade brasileira. A rigor, assiduamente nas camadas mais elitizadas que, supostamente, possuem melhor nível de escolaridade de que se presume maior grau de civilidade. Ser civilizado é um termo enganoso que não dota nenhuma sociedade do que é consciência social, dos seus valores e de respeito às desigualdades. Ao contrário, o que se vê são demonstrações de força e de poder, como nos casos do holocausto e do tráfico de escravos africanos.

Na Constituição da Federação Brasileira, promulgada em 1988, em seu texto referente à educação, consta que: “todo” cidadão tem direito à educação, sendo um dever do Estado preservar este direito. O problema é saber o que era a constituição para fazer valer este direito.

Referente aos Parâmetros Curriculares Educacionais é do conhecimento de todos, pela menos há uma presunção de que assim seja de eles não agem como imposição age como direcionadores, apontando objetivos e metas. São parâmetros para uma educação igualitária. No entanto, tendo a cidade de São Paulo como exemplo, se o currículo de uma escola localizada no Bairro da Consolação for comparado ao currículo de uma escola localizada em um bairro periférico, tipo Cidade Tiradentes ou Guaianases, será constatado que os conteúdos são iguais; Porém, a discrepância de aprendizado é enorme.

Esse fato ocorre porque as autoridades envolvidas mantêm a visão mais tempo voltada para as escolas centrais do que para as periféricas, os problemas se acumulam. As questões citadas e muitas outras que se enquadram no contexto étnico/racial têm características puramente discriminatórias, de formato segregatício. Formato construído pela sociedade e que vem sendo moldado, dos anos, que, agora, deixa a responsabilidade da transformação a cargo da educação. Necessário é acreditar que a educação dará uma grande contribuição e que, com certeza, fará a sua parte.

O que não se pode esperar, pelo que já vimos, é a benevolência dos detentores do poder econômico e seus apadrinhados políticos, como, também, não se pede esperar uma transformação repentina, como num passe de mágica.

REFERÊNCIAS

ANGELA C.. M.. Eduardo R. de A. **História e Cultura Afro-Brasileira**: POSSIBILIDADES E IMPOSSIBILIDADES NA APLICAÇÃO DA LEI 10.639/2003. Revista Ágora, Vitória, n. 5, 2007, p. 1-12.

AZEVEDO, C. M. M. **Onda negra e medo branco**: o negro no imaginário das elites: século XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HERINGER, E. **Promoção da igualdade racial no Brasil**: um objetivo democrático. Tempo e presença 42/43, jan,/jun. 2003.

HERINGER, R; LOPES, S.A.(Org.). **Sonhar o futuro, mudar o presente**: diálogos pela inclusão racial no Brasil. Rio de Janeiro: IBASE, 2006.

MARCUS VINICIUS. Fonseca. **Relações étnicas raciais e educação no Brasil**: Belo Horizonte: Mazza edições 2011.

MATTOS, R.A. **Historia e cultura afro – brasileira**. 2 ed. São Paulo: contexto, 2016.

SILVA, Petronilha B.G. **Diversidade étnica – racial e currículos escolares dilemas e possibilidades**. Caderno CEDES, campinas, n, 32p. 25 – 34,1993.